

4° SIMULADO

PGDF

PROCURADOR



Estratégia
Carreira Jurídica

4º Simulado Especial

4º Simulado Procurador da PGDF

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador da PGDF;
- 2 – A prova contém **200 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CESPE, com assertivas para serem valoradas como “certo” ou “errado”.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-PGDF-19-09>

01 – C E	26 – C E	51 – C E	76 – C E	101 – C E	126 – C E	151 – C E	176 – C E
02 – C E	27 – C E	52 – C E	77 – C E	102 – C E	127 – C E	152 – C E	177 – C E
03 – C E	28 – C E	53 – C E	78 – C E	103 – C E	128 – C E	153 – C E	178 – C E
04 – C E	29 – C E	54 – C E	79 – C E	104 – C E	129 – C E	154 – C E	179 – C E
05 – C E	30 – C E	55 – C E	80 – C E	105 – C E	130 – C E	155 – C E	180 – C E
06 – C E	31 – C E	56 – C E	81 – C E	106 – C E	131 – C E	156 – C E	181 – C E
07 – C E	32 – C E	57 – C E	82 – C E	107 – C E	132 – C E	157 – C E	182 – C E
08 – C E	33 – C E	58 – C E	83 – C E	108 – C E	133 – C E	158 – C E	183 – C E
09 – C E	34 – C E	59 – C E	84 – C E	109 – C E	134 – C E	159 – C E	184 – C E
10 – C E	35 – C E	60 – C E	85 – C E	110 – C E	135 – C E	160 – C E	188 – C E
11 – C E	36 – C E	61 – C E	86 – C E	111 – C E	136 – C E	161 – C E	186 – C E
12 – C E	37 – C E	62 – C E	87 – C E	112 – C E	137 – C E	162 – C E	187 – C E
13 – C E	38 – C E	63 – C E	88 – C E	113 – C E	138 – C E	163 – C E	188 – C E
14 – C E	39 – C E	64 – C E	89 – C E	114 – C E	139 – C E	164 – C E	189 – C E
15 – C E	40 – C E	65 – C E	90 – C E	115 – C E	140 – C E	165 – C E	190 – C E
16 – C E	41 – C E	66 – C E	91 – C E	116 – C E	141 – C E	166 – C E	191 – C E
17 – C E	42 – C E	67 – C E	92 – C E	117 – C E	142 – C E	167 – C E	192 – C E
18 – C E	43 – C E	68 – C E	93 – C E	118 – C E	143 – C E	168 – C E	193 – C E
19 – C E	44 – C E	69 – C E	94 – C E	119 – C E	144 – C E	169 – C E	194 – C E
20 – C E	45 – C E	70 – C E	95 – C E	120 – C E	145 – C E	170 – C E	195 – C E
21 – C E	46 – C E	71 – C E	96 – C E	121 – C E	146 – C E	171 – C E	196 – C E
22 – C E	47 – C E	72 – C E	97 – C E	122 – C E	147 – C E	172 – C E	197 – C E
23 – C E	48 – C E	73 – C E	98 – C E	123 – C E	148 – C E	173 – C E	198 – C E
24 – C E	49 – C E	74 – C E	99 – C E	124 – C E	149 – C E	174 – C E	199 – C E
25 – C E	50 – C E	75 – C E	100 – C E	125 – C E	150 – C E	175 – C E	200 – C E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

Analise os enunciados a seguir segundo a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 01.** É inconstitucional a aplicação dos recursos arrecadados por meio de contribuição para o custeio da iluminação pública na expansão e aprimoramento da rede.
- 02.** Conforme a CF/1988, o princípio da anterioridade nonagesimal aplica-se somente para leis que instituem ou majoram tributos, não incidindo relativamente às normas que prorrogam a data de início da compensação de crédito tributário.
- 03.** Conforme entendimento do STF, sem autorização judicial ou fora das hipóteses legais, é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote ou meio análogo..
- 04.** É inconstitucional, por violação ao princípio da isonomia, cláusula de contrato de previdência complementar que, ao prever regras distintas entre homens e mulheres para cálculo e concessão de complementação de aposentadoria, estabelece valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em conta o seu menor tempo de contribuição.
- 05.** É cabível mandado de injunção para reivindicar direito a recebimento da parcela remuneratória carente de remuneração que esteja expressamente prevista na Constituição estadual ou, no caso do Distrito Federal, na sua Lei Orgânica.
- 06.** A interferência do Estado na economia, por meio do controle de preços, consubstanciado na limitação do lucro, não configura, por si só, dano injusto e, como tal, não dá direito à indenização.

- 07.** Segundo o STF, não viola a Constituição o estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial.
- 08.** A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, pode ser viabilizado por meio da criação de taxa para tal fim.
- 09.** Conforme decidido pelo STF, os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca.
- 10.** Conforme decidido pelo STF, é assegurada ao servidor público inativo a conversão de férias não gozadas, ou de outros direitos de natureza remuneratória, em indenização pecuniária, dada a responsabilidade objetiva da Administração Pública em virtude da vedação ao enriquecimento sem causa.
- 11.** Conforme decidido pelo STF, a Constituição Federal deve ser interpretado no sentido de que a proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já exerceu dois mandatos consecutivos (reeleito uma única vez) em cargo da mesma natureza, ainda que em ente da Federação diverso.
- 12.** Conforme decidido pelo STF, o organismo internacional que tenha garantida a imunidade de jurisdição em tratado firmado pelo Brasil e internalizado na ordem jurídica brasileira pode ser demandado em juízo no caso de renúncia expressa a essa imunidade.
- 13.** Conforme a jurisprudência do E. STF, o ente público beneficiário e o ministério público possuem legitimidade ativa para a propositura de ação executiva decorrente de condenação patrimonial imposta por Tribunais de Contas

14. Conforme jurisprudência do STF, o Estado responde solidariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

15. Segundo decidido pelo STF, não há impedimento, nem suspeição de ministro, nos julgamentos de ações de controle concentrado, exceto se o próprio ministro firmar, por razões de foro íntimo, a sua não participação..

16. Segundo entendimento jurisprudencial, a percepção de honorários de sucumbência pelos advogados públicos não representa ofensa à determinação constitucional de remuneração exclusiva mediante subsídio.

17. Segundo o STF, mesmo sendo compatível com o regime de subsídio, a possibilidade de advogados públicos perceberem verbas honorárias sucumbenciais não afasta a incidência do teto remuneratório estabelecido pela Constituição Federal.

18. Conforme a CF/88, as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

19. Conforme a CF/88, são cláusulas pétreas a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias sociais.

20. Conforme a CF/88, a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

21. Conforme a CF/88, a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

22. Conforme a CF/88, é vedada a reedição, no mesmo ano, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

23. Conforme a CF/88, caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão conjunta, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

24. Conforme a CF/88, a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados, sendo que, em tais casos, o Presidente da República poderá solicitar urgência.

25. Segundo a CF/88, concluída a votação de projeto de lei, o Senado o enviará ao Presidente da República, que poderá sancioná-lo ou vetá-lo em 15 dias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

26. A denominada imunidade tributária recíproca entre os entes da Federação se aplica em face de todas as espécies tributárias na Constituição Federal.

27. O estado-membro tem competência constitucional para instituir contribuição compulsória para custeio de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica e farmacêutica de seus servidores.

28. A instituição de impostos extraordinário de guerra, por lei complementar, é de competência da União.

- 29.** Se determinado estado da Federação não tiver instituído o imposto sobre a propriedade de veículo automotores (IPVA), essa ausência de exercício da competência tributária não a deferirá a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição Federal tenha atribuído competência e daí então os municípios onde tais veículos estiverem sido licenciados perderão o percentual de repasse que a legislação garante sobre o que é arrecado a título de IPVA.
- 30.** A instituição de emolumentos cartorários pelo tribunal de justiça de um estado não afronta o princípio da reserva legal.
- 31.** Lei distrital, que determina a majoração das alíquotas e da base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores, publicada no dia 31 de dezembro, com cláusula de vigência imediata, produzirá efeitos no dia 1º de janeiro do ano seguinte, apenas em relação a majoração da base de cálculo do imposto.
- 32.** É legítima a aplicação da taxa SELIC como índice de correção monetária e de juros de mora, na atualização de débitos tributários em atraso relacionados ao IPVA, mesmo que inexistente lei estadual ou distrital nesse sentido.
- 33.** A obrigação tributária consistente no dever de manter escrita contábil referente ao ICMS decorre sempre da lei *stricto sensu*.
- 34.** A doutrina designa fato gerador continuado aquele cuja realização ocorre ao longo de um espaço de tempo, como no caso do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- 35.** Quando um negócio jurídico é fato gerador de um tributo e é celebrado sob condição suspensiva, a ocorrência somente deve ser considerada quando se realiza a condição.
- 36.** Os serviços públicos justificadores da cobrança de taxas são considerados específicos quando são divisíveis e de utilização compulsória.
- 37.** As concessões de isenções do ICMS efetivam-se nos termos de convênios celebrados entre os estados e o DF, mas a revogação das referidas isenções independe de convênio.
- 38.** Cabe aos municípios conceder redução da base de cálculo do ICMS no que se refere à sua parcela na receita do referido imposto.
- 39.** Consoante o texto constitucional, a definição de espécie tributária empréstimo compulsório cabe a lei complementar.
- 40.** O CTN disciplina que a lei tributária será aplicável ao ato ou fato pretérito definitivamente julgado quando deixar de defini-lo como infração.
- 41.** Se determinado estado publicar lei que disponha sobre moratória, essa lei tributária estadual deverá ser interpretada literalmente.
- 42.** Um fiscal do fisco estadual, ao aplicar a legislação tributária, na ausência de disposição legal expressa, pode empregar a analogia, desde que isso não resulte na exigência do pagamento de tributo não previsto em lei.
- 43.** Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, por ocasião da aplicação da legislação tributária, deverá utilizar, sucessivamente, na ordem indicada: os princípios gerais do direito tributário; a analogia; os princípios gerais de direito público; e equidade.
- 44.** Tratando-se de suspensão de isenção tributária e não de seu indeferimento, tal ato é passível de veiculação por ato administrativo.

- 45.** A administração tributária não está autorizada a recusar o domicílio tributário eleito pelo contribuinte sob a alegação de dificuldade de fiscalização do tributo devido.
- 46.** O espólio responde pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.
- 47.** O Distrito Federal, ao firmar contrato com uma empresa privada, desobrigando-a de recolher tributo devido pela sua atividade, passou a ser responsável pelo seu pagamento. A partir dessa situação, o sujeito passivo continuará sendo a empresa, já que, para alteração da sua definição, é preciso edição de decreto.
- 48.** Se um indivíduo tiver sido considerado absolutamente incapaz por sentença judicial proferida em ação de interdição, os efeitos da sobredita sentença terão repercussão em sua capacidade tributária passiva.
- 49.** No que concerne aos efeitos da solidariedade tributária passiva, salvo disposição de lei em contrário, a remissão concedida pessoalmente a um dos obrigados beneficia os demais.
- 50.** O lançamento por homologação deve ser feito no prazo de cinco anos, a contar do primeiro não seguinte ao fato.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Vanessa Arns

- 51.** A criação de créditos adicionais – suplementares ou especiais – está sujeita a previsão autorizativa antecipada na lei orçamentária, em razão do princípio da unidade.
- 52.** Conforme o princípio da exclusividade de matéria orçamentária, somente pode constar do orçamento matéria pertinente às previsões de receitas e despesas, não se admitindo as chamadas caudas orçamentárias nem a previsão de operações de crédito por antecipação de receita.

- 53.** Os orçamentos e créditos adicionais somente poderão ser aprovados por lei formal, sendo vedada a edição de medida provisória que verse sobre matéria orçamentária.
- 54.** O orçamento deve atender a determinados princípios, entre os quais os da unidade, da universalidade, da anualidade, da proibição de estorno, da não afetação de receita e da exclusividade de matéria orçamentária.
- 55.** Nada impede a arrecadação de um tributo instituído ou majorado no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei, mesmo que não haja previsão expressa desta receita no orçamento.
- 56.** Na hipótese de surgimento de receita não prevista no orçamento anual, ela deverá ser contabilizada como excesso de contingência.
- 57.** É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.
- 58.** As disponibilidades de caixa dos Estados e das empresas por eles controladas serão depositadas em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.
- 59.** É permitida a vinculação de receitas do ICMS para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta.
- 60.** Não se admite a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.
- 61.** Em relação ao princípio da universalidade, o objetivo do legislador constituinte foi o de possibilitar que as leis orçamentárias contenham previsões absolutamente estranhas ao direito financeiro, tal como temas afetos ao direito privado.

62. O princípio da exclusividade estabelece a necessidade de todas as receitas e despesas estarem previstas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

63. Ainda que não contemplado expressamente pela Constituição Federal de 1988, o princípio do equilíbrio orçamentário apresenta-se como uma exigência relativa às contas públicas, que deverão apresentar o mesmo montante quando se trata de estimar as receitas e as despesas.

64. Não há possibilidade de utilização de medidas de intervenção federal para proteção das unidades federativas.

65. A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

Realizar em qualquer mês do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

66. Com fundamento na disciplina que regula o direito financeiro e nas normas sobre orçamento constantes na CF, julgue o item a seguir

Na LDO será estabelecida a política de aplicação a ser executada pelas agências oficiais de fomento.

67. Sempre há necessidade de autorização legislativa para instituição de fundos.

68. Sempre há necessidade de autorização legislativa para utilização de recursos do orçamento fiscal para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas.

69. Sempre há necessidade de autorização legislativa para a transposição ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra.

70. A lei de diretrizes orçamentárias surgiu, na realidade brasileira, com a Constituição Federal de 1988 e tem, dentre outras funções, a finalidade de dispor sobre condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

71. De acordo com a lei de acesso á informação (lei 12.527/2011), julgue o item a seguir

Excepcionalmente, em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, podem ser classificadas como ultrassecreta, secreta e reservada, sendo o prazo de sigilo, respectivamente, 25 (vinte e cinco) anos, 15 (quinze) anos e 5 (cinco) anos.

72. Quanto aos critérios de definição do Direito Administrativo, julgue o próximo item

Segundo a escola da *puissance publique*, também conhecida como escola da autoridade pública, as prerrogativas e os privilégios que o Estado possui frente ao particular constituem um critério definidor do direito administrativo.

73. Com relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir

Uma empresa pública cujo objeto é a prestação de serviços públicos de transporte por meio de metrô, pode se submeter ao regime de precatórios, tendo em vista que exercem o serviço em regime de monopólio, ainda que existam outros modais, como o transporte rodoviário.

74. Com relação à organização da Administração Pública, julgue o item a seguir

As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção de custas processuais.

75. No que diz respeito aos consórcios públicos (lei 11.107/2005), julgue a próxima assertiva

O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções, por meio de lei dos entes federados participantes e publicado na imprensa oficial, não sendo cabível a ratificação com reservas do protocolo de intenções.

76. A administração pública pretende celebrar, por sua iniciativa, parceria, com repasse de recursos financeiros, com determinada organização da sociedade civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco no âmbito da educação pública. Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item, de acordo com a Lei n.º 13.019/2014.

O instrumento adequado para a referida parceria é o termo de fomento.

77. No que diz respeito às organizações da sociedade civil para o interesse público (Lei 9.790/90), julgue a assertiva a seguir

As entidades sem fins lucrativos já qualificadas como organização social não podem se qualificar como organização da sociedade civil para o interesse público.

78. No que diz respeito ao poder disciplinar, julgue o item a seguir

A aplicação da pena de demissão e de cassação de aposentadoria, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda a essas hipóteses, é ato vinculado, não cabendo à autoridade aplicar penalidade mais leve.

79. Com relação aos atos administrativos e a convalidação, julgue o item subsequente

Um ato que contenha um vício no elemento objeto poderá ser convalidado, desde que haja decisão na qual se evidencie não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiro.

80. No que diz respeito aos contratos administrativos, sabe-se que a Lei 8.666/93 estabelece diversas sanções que podem ser aplicadas ao particular contratado em caso de inexecução total ou parcial do contrato. Neste sentido, julgue a assertiva a seguir

Na aplicação de sanções ao contratado, é possível a cumulação de multa de mora com a multa por inexecução total ou parcial do contrato e desta com as demais sanções previstas na lei.

81. No que diz respeito aos contratos administrativos, sabe-se que a Lei 8.666/93 estabelece diversas sanções que podem ser aplicadas ao particular contratado em caso de inexecução total ou parcial do contrato. Neste sentido, julgue a assertiva a seguir

O STJ já se posicionou no sentido de que a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública produz efeitos retroativos, rescindindo os demais contratos celebrados pelo particular declarado inidôneo.

82. Com relação às licitações, julgue o item a seguir

Em regra, o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários, salvo se estiver em gozo de licença não remunerada.

83. No que diz respeito ao Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462/2011), julgue a assertiva a seguir

A contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto e poderá ser utilizada quando houver a possibilidade de execução da obra ou serviço de engenharia com diferentes metodologias.

84. No que diz respeito ao Pregão (Lei 10.520/2002), julgue a próxima assertiva

Não é possível a utilização do pregão para a contratação de serviços de engenharia tendo em vista que não consistem em serviços considerados comuns pela lei.

85. Quanto aos serviços públicos, julgue o próximo item

Se o Distrito Federal deixar de adimplir os seus débitos relacionados ao consumo de energia elétrica, a concessionária fornecedora do referido serviço poderá interromper o fornecimento, preservando-se as unidades públicas essenciais.

86. Quanto aos serviços públicos, julgue o próximo item
O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

87. No que diz respeito aos agentes públicos, julgue o item subsequente

Os servidores efetivados pelo Estado e submetidos ao regime estatutário, sem concurso público, cujo provimento foi posteriormente declarado inconstitucional, têm direito aos depósitos no FGTS referentes ao período irregular de serviço prestado.

88. No que diz respeito aos agentes públicos, em especial os servidores temporários, julgue a próxima assertiva

Servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional, ainda que inexistente expressa previsão legal ou contratual em sentido contrário e inexistente comprovação do desvirtuamento da contratação temporária pela Administração Pública, em razão de sucessivas e reiteradas renovações ou prorrogações.

89. No que diz respeito ao controle da Administração Pública, julgue a assertiva subsequente

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem competência para fiscalizar a aplicação de recursos federais repassados ao Distrito Federal.

90. Quanto à improbidade administrativa (lei 8.429/92), responda

Os agentes políticos municipais não se submetem aos ditames da Lei de Improbidade Administrativa, pois já são responsabilizados política e criminalmente nos termos do Decreto-Lei n. 201/1967.

91. Quanto à improbidade administrativa (lei 8.429/92), responda

Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

92. Quanto à responsabilidade civil do Estado, responda

No caso de dano causado ao particular decorrente do simples fato da obra contratada pela Administração Pública com um particular, a responsabilidade civil do Ente Público é objetiva.

93. No que diz respeito às desapropriações, julgue a assertiva a seguir

O possuidor titular do imóvel desapropriado não tem direito de indenização pela perda do seu direito possessório.

94. No que diz respeito às desapropriações, julgue a assertiva a seguir:

Na ação de desapropriação, a revelia do desapropriado implica aceitação tácita da oferta, autorizando a dispensa da avaliação.

95. No que diz respeito às desapropriações, julgue a assertiva a seguir:

O Poder Público pode desistir da ação de desapropriação ainda que tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença que definiu o preço do bem, desde que o preço ainda não ter sido pago e haja possibilidade de devolução do bem nas condições em que o expropriante o recebeu.

DIREITO URBANÍSTICO

Igor Maciel

96. Com base na jurisprudência do STJ, julgue o item a seguir, a respeito do Direito Urbanístico.

Segundo jurisprudência pacífica do STJ, a ninguém é lícito ocupar espaço público, exceto se estritamente conforme à legislação e após regular procedimento administrativo. A Administração dispõe de dever-poder de revisão de ofício de seus atos, exercitável a qualquer momento, mais ainda quando o ato administrativo de qualquer tipo for emitido em caráter provisório ou precário, com realce para o urbanístico, ambiental e sanitário.

97. À luz da jurisprudência pátria, julgue o item.

As calçadas são consideradas bens públicos de uso comum do povo, de modo que, se o apossamento do espaço urbano público ocorre ilegalmente, incumbe ao particular, sob risco de cometimento de improbidade e infração disciplinar, fazer a imediata demolição de eventuais construções irregulares e a desocupação de bem turbado ou esbulhado.

98. Acerca dos princípios do Direito Urbanístico, analise o item.

O princípio da função social da propriedade urbana pretende atender as necessidades da sociedade por meio de ações estabelecidas no plano diretor, regulando utilização de áreas públicas, questões de moradia e sanitárias, de meio ambiente artificial sadio.

99. Com relação aos instrumentos da Política Urbana, julgue o item.

São instrumentos do planejamento municipal o plano diretor, a disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, o zoneamento ambiental, o planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

100. No tocante à desapropriação urbanística, analise o item.

Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, que terão prévia aprovação pelo Congresso Nacional e serão resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais de seis por cento ao ano.

101. Com relação à disciplina do Estatuto da Cidade, analise o item.

Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; debates, audiências e consultas públicas; conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

102. No que se refere às hipóteses de responsabilização do agente público previstas no Estatuto da Cidade, julgue o item.

O Prefeito Municipal incorre em ato de improbidade administrativa quando adquire imóvel objeto de direito de preempção pelo valor da proposta apresentada, se este for, comprovadamente, superior ao de mercado, bem como quando deixa de proceder, no prazo de três anos, o adequado aproveitamento do imóvel incorporado ao patrimônio público.

103. Com relação ao Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, analise o item.

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

104. À luz da jurisprudência pátria, analise o item acerca da ordem urbanística.

É legítima, sob o aspecto formal e material, a Lei Complementar Distrital que dispõe sobre uma forma diferenciada de ocupação e parcelamento do solo urbano em loteamentos fechados, tratando da disciplina interna desses espaços e dos requisitos urbanísticos mínimos a serem neles observados, pois está inserida na competência normativa conferida pela Constituição Federal aos Municípios e ao Distrito Federal, e nada impede que a matéria seja disciplinada em ato normativo separado do que disciplina o Plano Diretor.

105. Acerca da competência legislativa em matéria urbanística, analise o item.

Os municípios com mais de dez mil habitantes e o Distrito Federal podem legislar sobre programas e projetos específicos de ordenamento do espaço urbano por meio de leis que sejam compatíveis com as diretrizes fixadas no plano diretor.

106. Com relação à disciplina do Parcelamento do Solo Urbano, analise o item.

No projeto de loteamento, o Distrito Federal indicará, em qualquer caso, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal as ruas ou estradas existentes ou projetada, que compõem o sistema viário da cidade e do município, relacionadas com o loteamento pretendido e a serem respeitadas e o traçado básico do sistema viário principal.

107. Com relação à disciplina do Parcelamento do Solo Urbano, julgue o item.

Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro será requerido em qualquer uma delas. Procedido o registro nessa circunscrição, o interessado requererá, sucessivamente, o registro do loteamento em cada uma das demais, comprovando perante cada qual o registro efetuado na anterior, até que o loteamento seja registrado em todas. Denegado registro em qualquer das circunscrições, essa decisão será

comunicada, pelo Oficial do Registro de Imóveis, às demais para efeito de cancelamento dos registros feitos.

108. Acerca dos contratos regulados pela Lei 6.766/79, analise o item.

Os contratos de compra e venda, cessão ou promessa de cessão de loteamento devem ser iniciados por quadro-resumo, que deverá conter, entre outras informações, o preço total a ser pago pelo imóvel e o valor referente à corretagem, suas condições de pagamento e a identificação precisa de seu beneficiário. Identificada a ausência de quaisquer das informações, será caracterizada, desde logo, justa causa para rescisão contratual por parte do adquirente.

109. No tocante ao registro do loteamento ou desmembramento, analise o item.

O Distrito Federal, se desatendida pelo loteador a notificação para registro do loteamento, poderá regularizar loteamento ou desmembramento não autorizado ou executado sem observância das determinações do ato administrativo de licença, para evitar lesão aos seus padrões de desenvolvimento urbano e na defesa dos direitos dos adquirentes de lotes, caso em que obterá judicialmente o levantamento das prestações depositadas, com os respectivos acréscimos de correção monetária e juros, a título de ressarcimento das importâncias despendidas com equipamentos urbanos ou expropriações necessárias para regularizar o loteamento ou desmembramento.

110. No tocante à Proteção do Patrimônio Cultural, julgue o item.

O Supremo Tribunal Federal já afirmou que a hierarquia verticalizada dos entes federados prevista expressamente na Lei de Desapropriação não se estende ao tombamento, não havendo vedação a que Estado possa tomar bem da União, tampouco que Município ou, se for o caso, o Distrito Federal possa tomar bem estadual ou federal.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

- 111.** O meio ambiente ecologicamente equilibrado é considerado um bem difuso, sendo de uso comum do povo, abrangendo interesse de toda a sociedade, fato que autoriza a incidência de um regime jurídico de direito público na sua tutela.
- 112.** A defensoria pública não possui legitimidade para propor ação civil pública visando tutelar o meio ambiente, haja vista ser prerrogativa do Ministério Público.
- 113.** A competência legislativa em matéria de tutela do meio ambiente é concorrente entre União, Estados, e DF, cabendo aos Estados e ao DF editar normas gerais para os seus respectivos territórios, mesmo havendo normas gerais editadas pela União.
- 114.** Segundo uma interpretação literal da Carta Magna, a caatinga e o cerrado não são considerados patrimônio nacional.
- 115.** A propriedade rural cumpre sua função social quando é aproveitada de forma racional e adequada ou quando observa a preservação do meio ambiente.
- 116.** O Código Florestal, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, deve observar, dentre outros, o princípio que vise a criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa, sendo vedada a exploração de atividades produtivas.
- 117.** A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário da manutenção da área de Reserva Legal, que só será extinta concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos, aprovado segundo a legislação específica e consoante as diretrizes do plano diretor do Município.
- 118.** O Ministério Público não possui legitimidade para propor ação civil pública em se tratando de poluição sonora, já que se trata de interesse restrito às pessoas incomodadas pelo barulho excessivo.
- 119.** Um dos instrumentos da política nacional do meio ambiente é o zoneamento ambiental, também chamado de zoneamento ecológico-econômico – ZEE. O processo de elaboração e implementação do ZEE contará com ampla participação democrática, compartilhando suas ações e responsabilidades entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil.
- 120.** O licenciamento de atividades em qualquer unidade de conservação instituída pelo Distrito Federal será de competência do próprio Distrito Federal.
- 121.** A Reserva de Fauna, que pode ser composta por terras públicas ou privadas, é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- 122.** A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Só poderá ser permitida, na RPPN, a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.
- 123.** A Constituição Federal traz a previsão do princípio da obrigatoriedade de intervenção do poder público na tutela ambiental.
- 124.** A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

125. Em se tratando de IPTU progressivo no tempo, previsto no artigo 7º, do Estatuto da Cidade, o valor da alíquota a ser aplicado a cada ano será fixado em lei específica e não excederá a três vezes o valor referente ao ano anterior, respeitada a alíquota máxima de quinze por cento.

DIREITO PENAL

Alex Fadel

Julgue se as afirmativas seguintes estão certas ou erradas.

126. No peculato culposo, o sujeito ativo só terá algum benefício se reparar o dano até a sentença penal definitiva.

127. O Código penal estipula que a pessoa condenada a pena privativa de liberdade superior a quatro anos e inferior a oito anos iniciará o cumprimento de pena obrigatoriamente em regime semiaberto, ainda que seja reincidente.

128. A diferença principal entre os crimes de concussão e de corrupção passiva está no fato de que na concussão ocorre uma exigência de vantagem indevida por parte do servidor público, enquanto que na corrupção passiva o único verbo apto a tornar a conduta criminosa é o de solicitar vantagem patrimonial indevida.

129. Procurador de um certo Município deixa tomar as providências cabíveis para responsabilizar um subordinado, que havia praticado conduta irregular no exercício da função, porque ficou com dó. Neste caso, o Procurador responderá pelo crime de prevaricação.

130. Um dos efeitos automáticos da sentença penal condenatória proferida em desfavor de funcionário público é a perda da função ou cargo público quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a 04 anos, em qualquer caso.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

131. Segundo posicionamento mais recente do STF, a apresentação de alegações finais no processo penal, deve seguir a ordem constitucional sucessiva, ou seja, primeiro a acusação, depois o delator e por fim o delatado.

132. A falta de comunicação ao acusado sobre o direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa, cujo reconhecimento depende da comprovação do prejuízo.

133. São nulas as provas obtidas por meio da extração de dados e de conversas privadas registradas em correio eletrônico e redes sociais (v.g. whatsapp e facebook) sem a prévia autorização judicial.

134. A existência concreta de indícios de envolvimento de autoridade detentora de foro por prerrogativa de função (cujo foro seja o STF) nos diálogos interceptados não impõe necessariamente a remessa imediata ao Supremo Tribunal Federal.

135. A revisão criminal poderá ser requerida em qualquer tempo, desde que não tenha sido extinta a pena.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

136. A lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

137. O negócio jurídico não será considerado nulo quando celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente.

138. Prescreve em um ano a pretensão de restituição dos lucros ou dividendos recebidos de má-fé, correndo o prazo da data em que foi deliberada a distribuição.

139. Não são responsáveis pela reparação civil o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições.

140. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que é objetiva quando relativa à atividade naturalmente perigosa.

141. Não cabe a indenização por danos morais em benefícios às pessoas jurídicas.

142. Em relação ao contrato de depósito, é incorreto afirmar que o depósito voluntário provar-se-á por testemunho.

143. Os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram são considerados bens móveis.

144. É de boa-fé a posse se o possuidor não ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

145. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ainda que expressamente houver por eles se responsabilizado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

146. A anistia e o indulto são exemplos do exercício do controle externo a que está sujeita a jurisdição.

147. A mediação é exemplo de exercício de jurisdição por autoridade não estatal.

148. Para a teoria eclética/mista da ação, desenvolvida por Liebman, o direito de ação constitui o direito a um julgamento de mérito da causa (procedente ou improcedente), o qual, contudo, fica condicionado ao preenchimento das condições da ação. Para o autor, o preenchimento das condições da ação deveria ser verificado a partir da teoria da asserção.

Sobre a prova testemunhal, julgue as assertivas que seguem:

149. O juiz poderá inquirir a testemunha tanto antes quanto depois da inquirição feita pelas partes.

150. Caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 10 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.

151. Compete ao STF julgar ação proposta por Estado contra União versando sobre imunidade tributária recíproca.

152. São penhoráveis os valores oriundos de empréstimo consignado, salvo se o mutuário comprovar que os recursos são necessários à sua manutenção e de sua família

153. São cabíveis embargos de terceiro para desconstituir decisão judicial que permite a averbação de protesto na matrícula de um imóvel.

154. Cabe agravo de instrumento contra a decisão interlocutória que, na segunda fase da ação de prestação de contas, defere prova pericial.

155. O recurso cabível contra decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas é o agravo de instrumento.

156. A cognição pode ser analisada em duas direções: no sentido horizontal, quando a cognição pode ser plena ou parcial; e no sentido vertical, em que a cognição pode ser exauriente, sumária e superficial.

Sobre o IRDR, julgue os 03 itens que seguem:

157. Caberá a instauração de IRDR ainda que já encerrado o julgamento de mérito do recurso ou da ação originária e esteja pendente apenas julgamento de embargos de declaração.

158. A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade impede nova suscitação do incidente pelo prazo de 1 (um) ano.

159. Não cabe recurso contra o acórdão que admite ou inadmite o IRDR.

160. Na execução por quantia certa, no caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, devedor ficará isento do pagamento de honorários.

161. Os títulos executivos extrajudiciais oriundos de país estrangeiro dependem de homologação para serem executados.

162. Tendo mais de um domicílio, o executado deverá ser demandado no foro de domicílio do autor.

No que se refere aos recursos, julgue os itens a seguir:

163. Para efeito de repercussão geral, será considerada a existência apenas de questões relevantes do ponto de vista social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

164. Nos embargos de divergência não poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.

165. Na apelação, a técnica da ampliação do colegiado não se aplica quando não houver unanimidade no juízo de admissibilidade recursal, devendo ser aplicada apenas no que tange ao julgamento do mérito do recurso.

166. O juízo de admissibilidade do recurso ordinário em mandado de segurança deve ser feito pelo TJ ou TRF recorrido.

167. Não se pode aplicar a teoria da causa madura no julgamento de recurso de sentença sem fundamentação, devendo o processo retornar para o juízo de primeiro grau para prolação de nova decisão.

Julgue os itens à seguir, relacionados ao Mandado de Segurança:

168. Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo. Mas essa regra, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, não se aplica em se tratando de decisão teratológica, ou se o impetrante for terceiro que não integrou a lide.

169. Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

170. Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

171. A respeito das sociedades limitadas, julgue o item a seguir.

Em atenção ao princípio da estabilidade ou da variabilidade condicionada do capital social, ressalvado o disposto em lei especial, só pode ser aumentado o capital social após a integralização das quotas sociais inicialmente subscritas.

172. No que tange as sociedades limitadas, julgue o item a seguir.

É de dois anos da data da subscrição das quotas sociais o prazo para que os sócios respondam solidariamente pela exata estimação de bens conferidos ao capital social de uma sociedade limitada.

173. Julgue o item:

Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça em vigor, a cobrança antecipada do valor residual garantido de um contrato de leasing o descaracteriza, transformando-o em compra e venda a prestação.

174. Sobre o que dispõe as regras que regem a letra de cambio, temos que a regra de que o aceite na letra seja somente praticado pelo sacado não é absoluta, uma vez que a Lei Uniforme acata o aceite por intervenção, diante da falta ou recusa do aceite pelo sacado, após o protesto; um terceiro, não nomeado pelo sacado, poderá aceitar a letra, desde que o portador da letra concorde.

175. Em relação ao conceito e à natureza do estabelecimento, ao fundo de comércio e à sucessão comercial, à natureza e às espécies de nome empresarial e ao registro de empresas, julgue o item a seguir.

O imóvel de uma sociedade empresarial utilizado exclusivamente como clube para seus funcionários integra o estabelecimento empresarial.

176. Julgue o item a seguir, relativos ao direito administrativo e ao direito comercial.

O exercício da atividade empresarial deve ser precedido de registro da sociedade empresária no registro público de empresas mercantis. A mesma exigência não se faz ao empresário individual.

177. Julgue o item seguinte, relativos ao direito empresarial.

O delegado, no desempenho de sua função institucional de investigação de infração legal, deve diferenciar se o ato ilegal foi praticado por pessoa jurídica empresa ou

por pessoa física ou jurídica empresário, pois a empresa não se confunde com a pessoa que a compõe, tendo personalidade jurídica distinta da de seus sócios.

178. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

Empresa individual de responsabilidade limitada é constituída por uma única pessoa e seu nome empresarial deve ser formado necessariamente pela firma seguida da expressão EIRELI.

179. Acerca de assuntos relativos ao direito empresarial, julgue o item a seguir.

Sociedade limitada será regida supletivamente pelas normas da sociedade simples somente se assim estiver estipulado no contrato social.

180. Julgue a assertiva:

Os sócios que integram sociedade empresária que funciona sem registro em junta comercial respondem ilimitadamente com seu patrimônio pessoal pelas dívidas da sociedade.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

181. A respeito das formas de invalidade do contrato de emprego, julgue o item a seguir:

(...) O reconhecimento de relação empregatícia do apontador de jogo do bicho é possível, uma vez que não se trata de objeto ilícito, mas sim de um vício que gera nulidade relativa.

182. Em se tratando do conteúdo obrigatório das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho e de descumprimento de cláusulas constantes de instrumentos normativos, julgue o item a seguir:

(...) É incabível a aplicação de multa prevista em Convenção Coletiva de Trabalho em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, quando a norma coletiva se trata de simples repetição de texto legal.

- 183.** No que diz respeito aos riscos à saúde e à integridade física do trabalhador, julgue o item a seguir:
(...) O direito do trabalhador ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, entretanto, havendo percepção por dez anos ou mais, haverá incorporação do adicional ao salário do empregado para reparar os riscos sofridos.
- 184.** Acerca da aprendizagem social, julgue o item a seguir:
(...) Estão dispensadas da contratação de aprendizes as microempresas, as empresas de pequeno porte e as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional.
- 185.** De acordo com a Lei n.º 13.467/2017, julgue o item a seguir:
(...) Caso o transporte para a locomoção do empregado até o local de trabalho seja fretado pelo empregador, o expediente começará a ser contado no momento em que o transporte chegar para coletar o funcionário.
- 186.** Sobre a jornada de trabalho, julgue o item a seguir:
(...) Aos empregados em regime de teletrabalho não se aplicam as disposições contidas na regulamentação da jornada de trabalho dispostas no Capítulo II – Da Duração do Trabalho da Consolidação da Leis do Trabalho.
- 187.** Acerca do trabalho voluntário, julgue o item a seguir:
(...) O serviço voluntário é a atividade não remunerada prestada por pessoa física a qualquer instituição privada que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.
- 188.** De acordo com entendimento Sumulado do TST, julgue o item a seguir:
(...) Caso um empregado, durante dois anos, realize diariamente trabalho extraordinário, mas a sua empregadora tenha suprimido parcialmente esse trabalho extraordinário, o empregado terá direito à indenização correspondente ao valor de dois meses das horas suprimidas parcialmente.

189. Sobre o período de férias, julgue o item a seguir:
(...) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, mesmo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.

190. Em relação ao 13º salário (ou gratificação de Natal), julgue o item a seguir:
(...) Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da gratificação, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Lucas Pessoa

191. Segundo o legislador, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá examinar previamente, no recurso de revista, se o mesmo oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica, sendo que é irrecorrível decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.

192. Considerando as regras legais em relação à liquidação de sentença e à execução no processo do trabalho, a execução poderá ser promovida por qualquer interessado ou ex officio pelo próprio Juiz ou pelo Presidente do Tribunal competente.

193. Nos dissídios individuais, nos dissídios coletivos, nas ações e procedimentos de competência da Justiça do Trabalho e nas demandas propostas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas serão calculadas sobre o valor arbitrado pelo juiz, no caso de procedência do pedido formulado em ação declaratória.

194. No processo de jurisdição voluntária para homologação do acordo extrajudicial o juiz analisará o acordo no prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

- 195.** Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na fase de cognição, cabe mandado de segurança.
- 196.** Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa. Os percentuais mínimo e máximo de honorários advocatícios de sucumbência, nos termos da CLT, serão, respectivamente, de 10% e 15%.
- 197.** Com relação ao que prevê a CLT acerca dos honorários periciais, a União será sempre responsável pelo pagamento dos honorários periciais no Processo do Trabalho quando vencido o reclamante, sendo beneficiário da justiça gratuita.
- 198.** O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, sendo permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.
- 199.** A atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial será feita pela Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- 200.** A decisão judicial transitada em julgado somente poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo de quarenta e cinco dias a contar da citação do executado, se não houver garantia do juízo.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PGDF-19-09>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>

Cursos para o concurso da PGDF

Confira nossos cursos:

[Curso para PGDF\(Procurador\)](#)
